

# CRISE DA AUTONOMIA CAMPONESA ENTRE OS MORADORES DE ITINGUÇU: Estação Ecológica Juréia-Itatins (EEJI)<sup>1</sup>

Nilce da Penha Migueles Panzutti<sup>2</sup>

## 1 - INTRODUÇÃO

A modernização acelerada da agricultura<sup>3</sup> associada à internacionalização das economias dificultam cada vez mais a integração de populações rurais que vivem à margem do desenvolvimento econômico já há longo tempo. Alterações nessa tendência dependem da busca de alternativas para os problemas da exclusão dessas populações, partindo do conhecimento da sua realidade específica, buscando uma sustentabilidade que integre as esferas ecológicas, sociais, culturais, econômicas e políticas.

Este estudo traça um paralelo entre a

trajetória dos moradores de Itinguçu, município de Iguape, Estado de São Paulo, e as transformações ocorridas com o processo de expulsão de agregados e parceiros do latifúndio, no final do século XIX quando agregados e posseiros saem em busca de uma solução para suas vidas. Partindo dos dados colhidos em campo traz-se a caracterização da organização social dos residentes de Itinguçu, informa-se o perfil, a dinâmica das atividades de produção e comércio.

A análise, baseada principalmente no modo de vida desse grupo, mostra como se transformaram as formas essenciais de sociabilidade, anteriormente existentes (relações familiares, vicinais, entre bairros e com o centro urbano), baseadas na complementaridade e interdependência, calcadas na organização da produção que pouco a pouco vão se enfraquecendo, se desorganizando, dando lugar a um empobrecimento que chega ao estado de anomia<sup>4</sup>.

O processo aqui descrito trata da transformação da condição dos *posseiros* residentes no bairro desde a década de 1970 em *moradores* da Unidade de Conservação a partir de 1986. Tais mudanças nas vidas das famílias residentes ocorrem não apenas pela criação da Estação Ecológica, mas pela intensificação das relações do núcleo com o mundo moderno, com a proximidade da cidade balneária de Peruibe e a visitação turística do local onde se encontra a Cachoeira Paraíso - em feriado prolongado chega a receber 6.000 visitantes. Ao focalizar o *trabalho* buscou-se apreender, de forma objetiva, a divisão sexual e as relações de gênero subjacentes.

<sup>1</sup>Este trabalho faz parte da pesquisa NRP663, cadastrada no Sistema de Informações Gerenciais dos Agronegócios (SIGA). Baseado em Tese de Doutorado da autora apresentada ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH), da Universidade Estadual de Campinas (PANZUTTI, 2002).

<sup>2</sup>Socióloga, Doutora, Pesquisadora Científica do Instituto de Economia Agrícola (e-mail: panzutti@iea.sp.gov.br).

<sup>3</sup>A modernização agrícola, que ocorreu de forma heterogênea no País, refere-se ao aprofundamento das relações inter-setoriais com o uso crescente dos insumos modernos produzidos industrialmente (tratores, adubos químicos, inseticidas, fungicidas e herbicidas), conforme Hoffmann (1996); ou conforme Kageyama et al. (1996), ao processo ocorrido a partir de três transformações básicas: utilização crescente de insumos modernos e concomitante mudança nas relações de trabalho; introdução da mecanização, que passa a atuar no processo produtivo desde o plantio até a colheita, substituindo não só a força de trabalho mas também as habilidades manuais do trabalhador, tendo como resultado o salto qualitativo da produção agrícola; a internalização dos setores produtivos de insumos, máquinas e equipamentos para a agricultura a partir da implantação das indústrias de base (siderúrgica, petroquímica, borracha, plástico) no País, durante as décadas de 1950 e 1960. Destaque-se aqui a importante participação do Governo nesse processo, que em meados dos anos 60s, lança diversos instrumentos de política agrícola, dentre outros: extensão e assistência técnica, criação e fortalecimento da empresa agrícola, mecanização e financiamento rural. Na busca de elevar a produção e a produtividade da agricultura as políticas adotadas foram moldadas à estrutura agrária já existente, de forma que as inovações técnicas beneficiassem, em especial, médios e grandes produtores rurais. O crédito agrícola subsidiado desempenhou importante papel, durante os anos 70s, especialmente para a aquisição de fertilizantes, máquinas e equipamentos agrícolas.

<sup>4</sup>A noção de anomia guarda estreita relação com a noção de alienação referindo-se à idéia de um desregramento fundamental das relações entre o indivíduo e a sociedade. Há anomia quando as ações dos indivíduos não são mais reguladas por normas claras e coercitivas e quando a complexificação dos sistemas sociais ocasiona uma individualização crescente dos membros da sociedade e por isso, efeitos crescentes de "desregramento". A noção é aqui usada no sentido que aparece em Durkheim (1977) e Parsons (1964), ou seja, quando há dúvida e incerteza quanto aos fins socialmente valorizados.

O objetivo amplo da pesquisa foi analisar os impactos da política pública aplicada ao local e dos valores do mundo moderno sobre uma comunidade de moradores que se situa no limite da subsistência.

## 2 - A PESQUISA DE CAMPO

A pesquisa de campo foi realizada em 1999, com o objetivo de encontrar explicações para a desmotivação e abandono com relação à produção agrícola, observados no primeiro levantamento em 1998, de reconhecimento do universo a ser pesquisado. Baseados no conhecimento da condição de sítiantes, das relações de parceria, já estudadas no meio rural, e no levantamento bibliográfico sobre camponeses e migrantes no país, foi elaborado o roteiro para a aplicação das entrevistas com os residentes do bairro. Esse levantamento específico fundamentou-se na busca de informações sobre as atividades agrícolas, área de plantio, produtos cultivados, criação de animais, quantidade obtida, formas de plantio, obtenção de sementes, instrumentos utilizados na roça, dificuldades e problemas na produção agrícola, alternativas agrícolas possíveis e formas de comercialização da produção, renda obtida e formas de obtenção da renda<sup>5</sup>.

As entrevistas, no total de 25, foram feitas nas casas dos sítios e nas "barracas" - lanchonetes onde se desenvolve pequeno comércio destinado a turistas. A realização das entrevistas nos domicílios possibilitou a obtenção de outras informações sobre o modo de vida, através da observação direta.

## 3 - POSSEIROS DE ITINGUÇU

Ao longo da vida dos moradores de Itinguçu, como acontece entre as camadas populares despossuídas de riqueza, existe uma história de "posse" que no dizer deles "*não era terra de ninguém, entrava e morava*".

Identificamos nesse grupo de população traços do processo de expulsão do latifúndio no final do século XIX, quando agregados e posseiros saem em busca de uma solução de suas vidas Queiroz (1960).

<sup>5</sup>Detalhes sobre a agricultura familiar podem ser encontrados em Panzutti (2001 e 2002).

Estes podiam dirigir-se às cidades onde a expansão industrial carecia de mão-de-obra, transformando-se aí em assalariados urbanos. Podiam, também, se assalariar nos grandes domínios agrícolas. Uma terceira via seria a situação de parceria, onde o camponês arrendava uma faixa de terra e daria em troca ao proprietário, como pagamento, uma parte da colheita. Nesta última alternativa o camponês ocupava faixas de terras cansadas e muito pouco férteis, mas preservava a liberdade de trabalho.

Para atender às condições do contrato de parceria, os camponeses triplicam sua jornada de trabalho e passam a plantar produtos comerciais da policultura, em detrimento da agricultura de auto-consumo.

Em Itinguçu, embora não se tenha observado essa relação de parceria, os posseiros, pelas dificuldades de comercialização (entre outras, dificuldades no transporte até os mercados, exigências no padrão de qualidade do produto) e restrições legais da Estação Ecológica, abandonam a agricultura de subsistência em prol de outras atividades mais rentáveis ligadas ao turismo. Encontramos nesse bairro de posseiros agricultores, "proprietários", agricultores - barraqueiros, caseiros, diaristas e aposentados.

Os Itinguenses, inicialmente, ligaram-se pelas formas essenciais de sociabilidade (relações familiares, relações vicinais, relações entre bairros e relações com o centro urbano). Essas formas essenciais, nas quais se destacava a complementaridade e interdependência, calcadas na organização da produção, diante das dificuldades internas e externas, vão gradativamente se enfraquecendo e se desorganizando, causando um empobrecimento que leva ao estado de anomia.

Da mesma forma que os parceiros a época do *plantation*<sup>6</sup>, o desenvolvimento das vias de comunicação e o desenvolvimento da indústria propagaram mercadorias até então inexistentes, impactando seriamente sobre o modo de vida camponês, afetando ao mesmo tempo o nível material e dos valores. Os produtos industrializados apresentam-se melhores e mais atraentes, elevando a necessidade de obtenção de renda, tornando-a cada vez mais imprescindível.

Em Itinguçu observa-se nitidamente esse processo no comportamento dos jovens, cujo modo de se vestirem assemelha-se aos da cida-

<sup>6</sup>Sistema utilizado na produção açucareira colonial, caracterizado pelo tripé: monocultura, escravismo e latifúndio.

de. Usam tênis e roupas de marca, semelhantes a qualquer morador urbano.

Em outros termos, os camponeses de Itinguçu abandonam a produção tradicional e ingressam na sociedade do consumo. Para tanto, necessitam de novas fontes de renda buscadas em outras atividades não-rurais, nem sempre disponíveis, conduzindo-os a uma situação de empobrecimento dramático.

Essa transformação afeta sensivelmente as relações familiares, enfraquece a autoridade do pai (chefe de família), que perde seu papel de provedor, introduzindo concomitantemente outros valores e expectativas nas novas gerações, advindo com isso o abandono dos valores camponeses baseados na autonomia de trabalho, na coesão e no projeto familiar.

No entanto, parte dos valores fundamentais da vida tradicional permanecem como o desejo de trabalho autônomo e a simplicidade da casa e da vestimenta, sobretudo para os mais velhos. O trabalho coletivo de ajuda mútua é substituído pelo trabalho comercializado; enfraquecem-se os laços de solidariedade grupal.

A integração desse grupo na economia geral do país, todavia, não se dá de forma fundamental, mas apenas de forma aparente. Os valores são redefinidos em um novo contexto sociológico sem a correspondência material necessária para sustentá-los. Daí a anomia. A adoção das referências sociais e morais do grupo oscilam entre o quadro tradicional de origem e o quadro moderno próximo da imagem difundida através dos meios de comunicação e distante na realização.

A situação que se observou em Itinguçu se assemelha, em muito, à descrita por Queiroz (1960) referindo-se à parceria como um estado de passagem entre as condições de vida antigas e o mundo moderno, como sendo não menos que uma adaptação a um estado de crise caracterizada por A. Cândido.

*“A solidariedade vicinal entra em decadência e se comercializa - mas a situação do parceiro e do sitiante atuais não permitem dela dispensar. A indústria doméstica se atrofia - mas o poder aquisitivo não permite uma substituição satisfatória pelos produtos manufaturados. Os velhos utensílios são desprezados - mas os novos não são acessíveis. Os grupos de indivíduos se separam da absorção do meio físico imediato - mas não dispõem dos elementos para usufruir de um novo ajustamento em um novo meio. A caça*

*e a pesca tornam-se mínimas e não volta a melhorar o abastecimento - mas não se pode substituí-la pela carne adquirida no açougue”* (QUEIROZ, 1960).

Enquanto para os sitiantes parceiros a crise advém da intensificação do trabalho na produção de culturas comerciais como forma de compensar o arrendamento da terra, a crise dos posseiros de Itinguçu advém da estagnação e/ou abandono da agricultura seja pelas restrições causadas pela condição de Estação Ecológica - inclua-se aí além da proibição de certas culturas, o uso de adubos e inseticidas - seja pela falta de mercado que absorva sua produção. Embora as razões sejam diferentes, as dificuldades que se instalam são semelhantes.

Há que se considerar que em Itinguçu a produção agrícola sofre, além dessas dificuldades, outras decorrentes das restrições da criação da Unidade de Conservação<sup>7</sup>.

O horizonte que se vislumbra é do abandono total da agricultura de subsistência que só não o é ainda pela impossibilidade de substituí-la totalmente por outra atividade que gere renda. Não existem ocupações não-agrícolas que possam absorvê-los. Os mais velhos são os que têm menor possibilidade de ingressar em outra atividade que gere renda, pela idade: estão acima de 45 anos; pela falta de preparo: maioria de analfabetos; pelo relativo isolamento do bairro: distância de aproximadamente 15km. de Peruíbe com uma linha de ônibus apenas 2 vezes ao dia.

Em estudo comparativo que realiza no distrito da Sta. Brigida, Estado da Bahia, Queiroz (1960), observa que ocorre um processo de desorganização sócio-econômica concomitantemente à desorganização da vida comunitária: os sitiantes perdem o hábito de vir à cidade para as festas religiosas, as roças tornam-se pequenas, suficientes apenas ao consumo doméstico, mínima criação de pequenos animais, caça e coleta de frutas selvagens. O trabalho coletivo do mutirão desaparece, e para o trabalho cada um deve

<sup>7</sup>Com a criação da Estação Ecológica ficaram proibidas as atividades de pesca, caça e extrativismo, já que tem por objetivo assegurar a integridade dos ecossistemas, da fauna e da flora, bem como sua utilização para fins educacionais e científicos entre outros, de acordo com o estabelecido pela Legislação Federal, notadamente na Lei n. 6.902 de 27 de abril de 1981. São restritas por isso as atividades agrícolas com a utilização de adubos e inseticidas, sobretudo para fins comerciais e é vedada a introdução ou extração de quaisquer espécies.

contar somente com os braços da família, que hoje está em decadência; as obrigações familiares, habitualmente mais fortes que as vicinais, mal sobrevivem, tanto que, nem pais e nem crianças sentem, mais vivamente, a necessidade da ajuda mútua. Não há mais um chefe local. A reputação dos homens e mulheres é péssima: indolentes, gozadores, bêbados, sem senso moral, não constituem mais famílias regulares. Querelas, disputas e crimes se sucedem e os controles sociais tradicionais são quase inoperantes. Por outro lado, existe outro grupo no mesmo local em que essa desorganização não se dá, ao contrário, verifica-se um marcante progresso a despeito dos fatores externos no grupo de migrantes vindos de Alagoas para Santa Brígida.

A desorganização social dos baianos de Sta. Brígida não decorre da falta de terras, posto que os camponeses são proprietários de domínios até vastos. As novidades introduzidas pelo progresso tampouco foram trazidas, pois estão relativamente isoladas da sede municipal, e as comunicações com os centros mais populosos são difíceis. Nem se explica por um fator externo<sup>8</sup>, como o contato com a civilização moderna, já que estão isolados; ela se explica, conforme a autora, por um fator interno: o déficit de homens, o qual promove a desorganização sócio-econômica. A vida familiar entra em decadência e com ela a solidariedade vicinal. Portanto, a organização interna calcada nas relações familiares, vicinais e entre bairros desempenha papel fundamental no destino de uma comunidade.

Utilizando-se do mesmo raciocínio, no caso Itinguçu, observamos a desorganização social promovida igualmente por fatores internos e externos. Externos, na medida em que se dá o desenvolvimento das atividades não-rurais relacionadas ao turismo e à introdução de necessidades próprias do meio urbano sem os recursos necessários para atender tais necessidades. Internos, na medida em que se dá o empobrecimento das relações e controles sociais essenciais decorrentes do abandono gradativo da agricultura

e da impossibilidade da reprodução camponesa.

As dificuldades da reprodução camponesa no caso Itinguçu coloca a população diante de uma situação dramática. A posse da terra encontra-se ameaçada não só pela indivisibilidade de suas dimensões como pelas restrições impostas às suas atividades. Dessa forma, a sociedade Itinguense não tem perspectivas de reprodução, embora exista um "direito" de posse que é transmissível vertical e horizontalmente, mas que passa pela intermediação da Administração da Estação Ecológica Juréia-Itatins (EEJI). O "posseiro" não tem autonomia para decidir as questões da terra.

O período crítico relacionado à questão da terra se dá por ocasião da "emancipação" quando o sexo masculino prepara-se para adquirir uma condição independente. Em Itinguçu, diferentemente do que ocorre em outras regiões, mesmo de pequenas parcelas de terras, os rapazes não desejam se instalar no sítio para o desenvolvimento da agricultura, posto que essa atividade encontra-se em franca decadência. Daí, o desejo de permanência no local estar mais relacionado à necessidade de "casa de morada", do que "roça". Todavia, tanto em um caso como no outro não é permitida a instalação de outro morador nas áreas da Estação Ecológica por esse sistema, o que contribui para a emigração de sexo masculino do local. O não acesso à terra interfere diretamente na autoridade do chefe de família e fragiliza as relações que se estabelecem em função dos compromissos firmados em torno dela.

Ao referir-se às regras e códigos de transmissão da herança em São João da Cristina (MG), Moura (1978), afirma que há regras codificadas em torno da passagem de patrimônio territorial de uma geração a outra. No período crítico (emancipação), que prepara o sexo masculino para a aquisição plena da condição de camponês independente, o pai realiza uma concessão de uma parcela de terra dentro de sua propriedade ao filho. *"Este, ali cultivando deverá retirar a renda do produto em seu benefício (para roupa, passagens, remédios)"*. Trata-se de um "direito", um presente que o pai dá ao filho que reforça a autoridade do pai perante a família, já que essa doação não é simétrica pela indivisibilidade. Essa regra de doação, a primeira forma de acesso à terra, aponta também para o não-acesso e para a emigração do sexo masculino.

<sup>8</sup>A autora emprega "fator externo" e "fator interno" no sentido que lhe dá Roger Bastide. No primeiro caso a transformação social é determinada pelo encontro de duas culturas muito divergentes, com desestruturação social da mais frágil; no segundo caso, a estrutura social em si contém o fator da transformação - Roger Bastide, *La causalité externe e la causalité interne dans l'explication sociologique*, Cahiers Internationaux de Sociologie, vol. XXI, nouvelle série, 3<sup>e</sup> année, 1956, citado em Queiroz, 1960 p. 167-68.

Em São João da Cristina observou-se ainda, que o processo de passagem da propriedade pode ser antecedido por uma permissão por parte do pai a um filho homem que vai se casar, podendo construir sua "casa de morada" dentro do lote paternal, com direito a parcela de terra para plantar. Igualmente aqui o pai dá um "direito" ou "presente" ao filho. A autoridade do pai sobre a propriedade da terra explica o fato da doação facultativa, "*contém a idéia de dom outorgado por uma parte poderosa e outra não*" (MOURA, 1978, p. 54). A doação, nessa forma, estreita os laços familiares à medida que o filho que recebe a pequena parcela de terra para cultivar não está desobrigado de ajudar os pais na roça familiar, destinada ao abastecimento global da unidade. Esses esquemas de transmissão tem um caráter virilocal<sup>9</sup>. Excepcionalmente as mulheres permanecem morando no patrimônio do pai depois de casadas.

Em Itinguçu, com a criação da EEJI, a autoridade do pai sobre a propriedade da terra é transferida para a Administração, e com isso afrouxam-se os laços na relação pai-filho, minando a liberdade de escolha do chefe de família. Não é permitido, ao jovem adulto, estabelecer-se na área da Estação Ecológica. Ao constituir nova família, deve retirar-se da área.

Com a criação da EEJI ficaram comprometidas as regras camponesas da distribuição de terra, a reposição do patrimônio que assegure a realização da condição camponesa às gerações que atingem a maturidade e a nubilidade.

Para que isso aconteça é necessária a autoridade do pai sobre a propriedade da terra, o que atualmente não acontece em Itinguçu. Com a instalação da Estação Ecológica os "posseiros" do local viram desvanecer seus sonhos de legalização de suas posses, transformando-se em "proprietários", e a coesão familiar que poderia advir do estabelecimento dessas relações em função da terra deixa de existir.

A herança do direito de morada quando da morte de um "sitiante" e o direito de manter o "estabelecimento" comercial - a barraca, existe no local.

Considerando-se que a realização da condição camponesa só é factível por meio da reprodução da base econômica, o patrimônio e a terra, tem-se que em Itinguçu, além da indivisibili-

dade e da condição instável do posseiro, a condição de Unidade de Conservação contribui para essa não realização.

Desfazendo-se o forte elo que existe internamente às famílias, em razão das transações sobre a terra, afrouxa-se a valorização familiar fundada na economia coletiva da sobrevivência. Na tensão entre as exigências à reprodução do camponês e as possibilidades que o sistema envolvente tem de absorvê-las de acordo com seus interesses, surgem as possibilidades de vigência de outras soluções internas à unidade familiar, numa lógica própria e regras peculiares. Na imposição de regras externas que restringem as possibilidades, como é o caso da Estação Ecológica, a busca interna desloca-se para fora da família, proliferando a idealização de alternativas individuais de reprodução, de preferência não-agrícolas. Aí o comércio e as atividades relativas ao turismo local desempenham um papel preponderante.

A estrutura capitalista no campo é de tal forma organizada que determina a forma de inserção em seu universo. Estando definido o instrumento pelo qual as relações nesse sistema se estabelecem - o dinheiro, os novos sujeitos sociais, os consumidores devem possuí-lo sem o que a inserção não se realiza. Não importa se camponês, posseiro, parceiro, trabalhador assalariado. A disponibilidade da renda, necessária para as aquisições, o colocará ou não em condições de comprar. Estabelece-se assim uma sujeição do camponês na forma possível de "trocas" apenas através da moeda, obrigando-o a sair em sua busca, mesmo com o comprometimento da organização e da estrutura social vigente. É o que acontece de fato com os agrupamentos de sítiantes e posseiros tratados aqui e que atualmente vão em busca e se ocupam de atividades relacionadas ao turismo: guias, "tomadores de conta" de carros estacionados, etc.

Considerando-se o papel dos indivíduos, a posição e as relações entre os moradores de Itinguçu, ao longo de aproximadamente 30 anos, observam-se importantes mudanças na estratificação social.

Inicialmente eram apenas migrantes em busca de um lugar onde pudessem desenvolver a agricultura que garantisse a sobrevivência da família. Estabelecidos na área, produziam praticamente tudo o que necessitavam: arroz, feijão, cana, milho, mandioca, banana, etc. Da banana passaram a fazer o comércio que atraiu outras

<sup>9</sup>Residência pós-nupcial na casa da família do homem. Patrimônio advindo da família do homem.

famílias para o local. Na década de 1980, com o declínio da produção comercial da banana, alguns moradores iniciam-se no comércio de comestíveis para turistas que visitavam o local, como alternativa de renda. Da venda em caixas de isopor e caixotes passam a estabelecerem-se em barracas mais amplas e fixas. Nesse momento verifica-se uma diferenciação interna importante entre os moradores. Um grupo permanece apenas como agricultores que deixam de produzir comercialmente para dedicarem-se apenas à agricultura de subsistência e outro sobrepõe sua condição: permanecem como agricultores, mas são também comerciantes que conseguem obter uma renda adicional além da agricultura. O mesmo princípio de posse, que serve de base para o sítio, passa a valer para as barracas, com um agravante, o número de barracas permitido é limitado. Apenas 5 famílias podem se estabelecer como comerciantes "barraqueiros".

À medida que a visitação à Cachoeira Paraíso aumenta, cresce a pressão dos moradores no sentido de se obter autorização para colocar "barraca". Ao mesmo tempo os posseiros que possuem comércio passam a "contratar" os demais, seja para tocar a sua roça, já que seu tempo é ocupado com as atividades de comércio, seja para serviços domésticos e mesmo de auxiliar na barraca, nos períodos de maior movimento - feriados, fins de semana e férias.

Algumas moradias de posseiros do bairro Itinguçu são ocupadas apenas em fins de semana e férias, e nessas circunstâncias surgem as atividades de caseiro, diaristas e domésticas.

Face às restrições à produção comercial da banana impostas pela criação da Estação Ecológica (proibição da utilização de adubo, limitação da área plantada, etc.), com as exigências do mercado (padrão de qualidade, preço competitivo, etc.), e com uma desfavorável relação custo-benefício da produção decorrente das dificuldades de transporte até o mercado, vai sendo minada a atividade em contraposição ao crescimento da exploração do turismo local, de tal forma que, essa atividade acaba por se sobrepor à da produção agrícola, passando ao centro da economia local.

Com tais alterações definem-se novos estilos de vida. Os produtos consumidos anteriormente, provenientes da agricultura local, gradativamente passam a ser substituídos por outros comprados em supermercados na cidade. É o

caso da produção de arroz, feijão, cujas dificuldades de produção não compensam seu cultivo.

Muitos moradores mais velhos recebem ajuda dos filhos para poderem se manter. Hoje *"eu não ganho nada, sou aposentado...faz uns dois anos que eu não pago mais a aposentadoria, paguei 30 anos de INPS, mas só faltam mais 5 anos. Mas agora eu não tenho mais dinheiro para pagar...também quanto é que vai dar isso?"*.

*"Agora acabou tudo, tá uma miséria, gente morrendo de fome. Eu vivo aqui porque os meus filhos me ajudam. Eu tenho esse açougue que era da minha esposa, até hoje é arrendado, não vendi. É assim que eu sobrevivo"* (A. M. D., 62, Itinguçu, 2000).

Pode-se afirmar que os moradores de Itinguçu se encontram, atualmente, numa situação de crise, em muitos aspectos semelhante à verificada por camponeses à época do desenvolvimento da grande propriedade agrícola e da industrialização em outras regiões do país, no que se refere à necessidade de migração e de busca de novas alternativas de renda.

Os moradores de faixa etária superior a 40 anos não têm, atualmente, qualquer perspectiva ocupacional fora do local. Mesmo dentro de Itinguçu limitam-se à sobrevivência estrita, seja plantando para a subsistência ou para um comércio incipiente, seja pegando alguma empreita local. A geração dos jovens moradores é a que se apresenta mais problemática. Não tem escolaridade, nem qualificação profissional suficiente para inserir-se no mercado de trabalho urbano mais próximo (Peruíbe). Internamente ao bairro, esses jovens também não têm inserção. Não podem se constituir em "posseiros" agricultores, dadas as limitações impostas pela legislação da Estação. Restam-lhes gravitar em torno dos pais, seja no sítio, seja nas barracas. Disso resulta um grupo de indivíduos sem ocupação e perspectiva, mas com expectativas de sociedade moderna que, não raro, acabam enveredando para condutas "impróprias".

### 3.1 - Modo de Vida

O modo de vida dos moradores de Itinguçu combina as formas características dos agricultores das regiões de onde vieram, com as típicas encontradas e as construídas ao longo desses anos em que habitam o local. Durante o período em que vivem ali, importantes transfor-

mações ocorreram nas práticas da agricultura familiar, no extrativismo, na caça, na pesca, tanto quanto na introdução de atividades não agrícolas, estas relacionadas com o turismo local.

Os moradores de Itinguçu não têm hábitos e horários homogêneos e definidos. Diferem dos moradores urbanos até no hábito de tomar café da manhã. O pão é substituído pela mandioca e o café pode ser substituído pelo chá. O horário de comer é “quando têm fome”.

O tipo de alimentação é típico da região de origem. “Sou nortista, gosto de comer uma comida forte, feijão, carne seca, pé de porco, lingüiça, arroz, cebola, alho...”, mas não dispensam a praticidade das massas “quando a gente quer uma coisa rápida, de noite, faz uma sopinha de miojo”.

Quem tem comércio nas barracas tem que dormir na mesmas.

“Oito horas eu venho do meu sítio e venho dormir. Aqui não pode abandonar porque não pode fechar, então fica tudo a vista. Se eu não achasse a filha de Deus que veio trabalhar comigo...” (G.P.S., 60, fev. 2000).

Algumas mulheres, além dos afazeres comuns da casa, costuram.

O dia da família Itinguense começa por volta das 5 ou 6 horas da manhã e termina por volta das 20:00 horas.

Nas casas em que têm crianças na escola a rotina se orienta pelo horário das aulas. Aí tem horário certo para almoço. O almoço se dá lá pelas 11:00 horas e a janta, por volta das 19:00 horas, “se tiver na hora jantam todos, se não, cada um vai esquentando o seu”.

A maior parte das casas não tem energia elétrica. Por isso usam lampião a óleo diesel, lamparina ou mesmo vela. À noite jantam e vão dormir.

A mulher também encarrega-se de cortar a lenha juntamente com os filhos.

Os filhos mais velhos solteiros dividem as tarefas do sítio com os pais, pois emprego é raro no local.

“No momento estou sem emprego. Aí eu fico cuidando do sítio do meu pai...cuidando da roça, limpo o mato. De vez em quando vou pescar (de vara) no rio.” (I.B.R., 30, 2000).

“Eu acordo, eu vou imaginar ainda, porque sítio, sabe como é que é, sítio cê pode trabalhar quanto for, sempre tem serviço para fazer aqui. Nunca tem esse negócio, agora já acabei, agora já posso descansar uns 10 dias, não...tem

mais serviço para fazer. Tem demais, né? Eu vou pensar, se eu vou carpir, se eu vou rolar umas pedras para tirar. (I.B.R., 30, 2000).

“Buscar a lenha. Não gosto de ficar sem lenha quando chove. Aqui quando chove, minha filha. Deus me livre. Chove 3, 4, 5 dias, a semana inteira. E se agente está sem lenha é um desastre. Tem que se virar no gás” (S.O.Q.S., 33, 1999).

“As vezes pinta um bico lá (Peruíbe), o carro tá com fumaça, tal e tal, e aí ele pega e fala. Aí ele me busca aqui, me leva para casa dele (amigo). Se aparecer uma pintura de casa...então, parado, parado, cê não tá, né?” (I.B.R., 30, 2000).

Algumas mães contam com a ajuda dos filhos homens, outras não.

“Os menino ajuda, mas na limpeza da casa... muito difícil, mas de vez em quando.. porque é tudo homem. Só tem ela de mulher em casa...” (S.O.Q.S., 33, Itingucu, 1999).

“Os meu tudo ajuda, quando eu quero. Eles vão tudo comigo lava roupa.. o pai às vezes, quando dá na telha ele faz. Quando eu to assim ocupada ele faz. Ele dá uma limpadinha no quintal de vez em quando. Lavar roupa, de vez em quando ele me ajuda sim”. (A.C.P., 47, Itingucu, 1999).

“O pai só lava roupa quando a mãe tá viajando. No cuidado das crianças só quando tá pequeninho ajuda, depois de grande...” (B.B.S. 20, Itingucu, 1999).

A maior preocupação da vida dos moradores “é o dia a dia. O dinheiro, ninguém tem salário, ninguém trabalha. Por exemplo: meu marido não trabalha e tem dois filhos para sustentar” (S.O.Q.S., 33, Itinguçu 1999).

Há casos em que marido e mulher se dividem. O marido cuida da plantação e a mulher do comércio.

O cuidado das crianças não parece ser grande preocupação dos pais. Quando indagados sobre quem cuida das crianças a resposta vem rápido: “a mais uma palavra, é elas mesmo”, significando que as crianças, a partir de certa idade, não exigem tanto o cuidado dos adultos.

#### 4 - TRABALHO EM ITINGUÇU

Focalizar o trabalho no núcleo Itinguçu é buscar apreender, de forma objetiva, a divisão sexual e as relações de gênero subjacentes e seus significados uma vez que o modo de inserção nas relações locais de produção, comerciali-

zação ou serviços, além das transações de parentesco, definem a participação na vida social do bairro.

Na vida cotidiana dos moradores não existe separação definida entre as dimensões trabalho produtivo, mera convivência ou modo de vida. Tudo está presente ao mesmo tempo.

O trabalho em Itinguçu tem uma tradição rural, tanto os atuais moradores, quanto seus antepassados estiveram sempre afeitos à atividade agrícola. A cultura da banana foi a atividade que atraiu inicialmente seus moradores. Mas, com a inviabilidade comercial da cultura e após a criação da Estação Ecológica a atividade que mais se desenvolveu foi a do comércio para o turismo e serviços originados também desse negócio. A agricultura atualmente é incipiente, não é suficiente nem para a sobrevivência da família. As necessidades dos gêneros alimentícios são complementadas com mercadorias adquiridas nos supermercados das cidades próximas, especialmente Peruíbe.

Os homens estão mais ligados à agricultura. Cuidam da plantação, mas têm o auxílio de outros membros da família, inclusive da mulher. Quando a família tem "barraca" dedicam-se ao comércio. Essa atividade, mais intensa em alguns meses do ano (de janeiro a março e julho), muitas vezes se desenvolve em detrimento da própria agricultura.

Os homens mais jovens que não têm sítio para plantar vivem de serviços diários que um ou outro morador paga por uma roçada, uma cerca, etc. Os que não são caseiros não têm salário. Vivem de "bicos", o que não é suficiente para sustentar uma família com filhos.

As mulheres participam da lavoura, dividindo seu tempo entre essa atividade e os afazeres domésticos, os cuidados das crianças e, eventualmente, o trabalho como diaristas (faxinas). Lavam e passam roupa e ajudam nas atividades de comércio dos "barraqueiros", o que lhes rende alguns "trocados" para as despesas de casa. Algumas vezes o resultado dessas atividades é a única fonte de renda.

A idéia de encontrar uma outra forma de obter dinheiro está presente entre as mulheres, tanto quanto entre os homens. Algumas manifestaram o desejo de voltarem a produzir o "doce de banana". Na década de 1980 um grupo de mulheres orientadas por um vereador e por técnicos da Divisão de Recursos Naturais da

Secretaria de Agricultura e Abastecimento (DPRN) produziam doce de banana para vender. Todavia, a experiência mostrou-se inviável após alguns meses. As mulheres ficavam horas na beira de um tacho fervente, revezando e depois para voltar para casa tinham que atravessar o rio com água até a cintura. Algumas desistiram, mas o empreendimento necessitava de um número "x" de mulheres para o revezamento. A atividade foi abandonada.

Assim, as mulheres lavam roupa, fazem faxinas, vendem salgados ou algum alimento preparado: milho, mandioca, garapa, etc.

Quem tem "barraca" evidentemente tem mais alternativas, pois a mandioca que plantam vendem em porções fritas na barraca. Mas, para as que não têm resta lavar roupa para aquelas que têm comércio: *"quando a temporada aperta, as barraqueiras estão ocupadas, elas pagam a gente para lavar uma roupinha, eu lavo um saco de roupa assim, até outro dia a Maria falou para mim, a Maria enfermeira do posto, ela me chama de comadre, porque ela foi testemunha de uma filha minha no cartório. Ela gosta muito de nós, ela falou: Olha comadre, você está perdendo tempo, acabando com as costas, lavar este tanque de roupa por R\$10,00? Mas é roupa! A Sra. acha que eu posso lavar esse tanto de roupa, buscar lá, trazer, lavar, recolher e dobrar, só por R\$10,00. Se eu tivesse força de trabalhar, e tivesse quem tomasse conta da casa, era melhor ir para roça trabalhar, plantar mandioca. O que que eu faço com R\$10,00, pago a passagem, eu chego e compro o que? Mais caro ninguém paga. Eu falei para eles, não sei se eu vou ter mais forças para lavar roupa esse ano, mas se eu tiver não vou lavar mais por R\$ 10,00. Não tem condições. Na temporada, eles querem mandar dois sacos de roupa para cá, quem sabe dos fundamentos de casa é a mulher, tudo, que se passa dentro de casa, é a mulher, não é fácil, não. Aqui não tem o que vender, não tira mais nada do sítio, tudo é comprado"* (A.S.P., 54, Itinguçu, 1999).

Há mulheres que ainda não têm barraca, mas vendem milho, pastel em carrinhos.

*"É tem dia que levanta 5 hora da manhã. Quando for 9 hora tá lá embaixo. Deixa tudo arrumado em casa. Para poder trabalhar lá embaixo. Muito sofrimento. Dia de semana não. É mais temporada, mas a temporada foi muito fraca. Mais no final de semana. Descanso, só a noite. Só de noite, mesmo. Não tem jeito a casa não*



deixa. Muito serviço, muita coisa para cuidar" (S.O.Q.S., 33, Itinguçu, 1999).

"Levanto de manhã, umas 6, 7 horas e vou pra minha lavoura cuidar da minha criação, carpir...aí eu trabalho até a hora do almoço, nessa hora eu venho pra barraca almoçar e atender alguns freguês, ajudar a Rose. Aí eu torno a voltar, lá pras 5 horas, guardar a criação pra bicho do mato não pegar, os porcos as galinhas. Recolher pra dentro das casinhas deles" (G.P.S., 60, fev. 2000).

"Às 6 horas da manhã, eu me levanto, e vou trabalhar um pouco, depois volto, tomo um cafezinho. Agora, acabei fazendo lanche, depois desse cafezinho, 9 horas. Trabalho mais um pouco, e cobro da mulher, me dá, me dá um lanche aí!... esse lanche ou uma sopa, né? O lanche... que seja um bife. Aí, retorna, meio dia, meio dia e meia, uma hora, volta pra comer, almoçar, arroz, feijão...Nesse horário, aí almoça todo mundo junto. Às vezes nem sobra feijão, às vezes, a batata, a mandioca em lugar do arroz feijão, a gente se vira assim....ter aquele almoço, social, gostoso, precisa ter, mas a gente não pode, tem que viver como a gente pode, como a gente pode."

"E nós somos nortistas. Quando dá fome, lá no norte, no nordeste, ele rala mandioca, né? rala mandioca, torce num pano assim, bem torcida, depois desmancha aquele rolo, aquela massa, e tempera, joga um temperinho, salsinha, e faz aqueles beiju, e faz os beiju e o café já tá fervendo. Pega um café e aquele beiju, já fez um almoço, já. Trabalho na roça, perto da casa, e às vezes tá meio longe e dá preguiça de ir em casa. Eu dou um grito lá. Ó mulher, me cozinha 5, 6 ovos aí e me manda aí, faz um café e manda aqui pra mim. Aí eu largo a enxada e me sento ali, como aqueles ovinhos, farinha, tomo café,... aí eu venho só almoçar mesmo, pego meu almoço, dou um tempinho, descanso um pouquinho, e pra roça de novo. À noite se tiver uma janta que dê da gente ficá forte, tudo bem, se não tiver... fraquinha mesmo. Vou entender. Da comida, até quem chega, participa do que tiver na mesa, pode ser boa, pode ser fraca" (S.V.L., 65, fev. 2000).

A comida é feita pelas mulheres em fogão de lenha ou gás, que é bastante economizado, "...porque é caro e porque pra levar o gás, é nas costas, ou sei lá..., quando o carro pode atravessar, vai de carro. Se não...leva nas costas".

A limpeza da casa é feita pelas mulhe-

res da casa como regra, excepcionalmente os homens participam - ausência da mulher, doença, etc.

Cuidar das crianças também é atribuição das mulheres da casa, enquanto pequenas as outras "cada qual se vira".

A horta e a roça são mais da responsabilidade do casal, que conta com a ajuda dos filhos.

As casas, mesmo de alvenaria, são construídas pelos próprios moradores.

"E Deus mesmo. Quando arrumava um pouquinho, pagava um dia para um, um dia para outro. Tinha dia que prendia até a barriga, para gente ter uma casinha. Precisava segurar, um pouquinho (para poder comprar o material). Encolhia a barriga, a alimentação, não passava fome, mas se prendia um pouquinho... para sobrar um dinheiro para pôr a telha, para sobrar um dinheirinho para comprar um tijolo e levantar a casinha. Porque nós não tinha casa. Nós morava quase no campo. Essa família no campo. Era barraco de madeira, todos no campo. A minha primeira casa foi de madeira" (S.V.L., 65, fev. 2000).

Digno de nota é a dificuldade dos pais em manter os gastos com material escolar e vestuário dos filhos em idade escolar e adolescentes. Observa-se uma prematura independência dos filhos criando fortes tensões, pois rompe-se o esquema de vigilância materna através do qual as crianças vão se socializando ou adquirindo os valores morais de seu grupo.

Precocemente os meninos e meninas começam a arcar com suas próprias despesas de vestuário e material escolar e eventualmente entregando alguns trocados às mães para comprar um alimento extra que enriqueça o cardápio familiar. As atividades que desenvolvem para isso vão desde "tomar conta dos carros" dos turistas que visitam a Cachoeira até outros biscates.

Durante as primeiras décadas (1970-80) a organização familiar de Itinguçu não diferiu muito da homegeneidade que caracteriza as condições de vida da população rural, no que se refere aos princípios de organização social e do trabalho, em que o grupo doméstico, a família conjugal, desempenha papel fundamental na atividade produtiva. Na atualidade, no entanto, já observam-se mudanças relacionadas com o enfraquecimento gradativo da atividade agrícola e introdução de outras atividades ligadas ao turismo e que geram renda.

## 5 - CONCLUSÃO

A análise do modo de vida e das relações sociais entre os moradores de Itinguçu face à criação da Estação Ecológica e a intensificação das relações com turistas revelou uma desorganização sócio-econômica. Com as dificuldades na produção agrícola, decorrentes das restrições impostas pela legislação da Estação, quais sejam, proibição da entrada de novas espécies vegetais e animais, aumento da área de plantio, utilização de inseticidas e herbicidas na produção agrícola, associadas às dificuldades de obtenção de uma produção compatível com as exigências do mercado agrícola e mais as dificuldades relacionadas à comercialização: mercados distantes, ausência de meios de transportes para a colocação de seus produtos em outras áreas, a maior facilidade de obtenção de renda com as atividades do turismo, observou-se o desinteresse e abandono da produção agrícola. Com isso, a vida familiar que era calcada na produção familiar agrícola entra em decadência tanto quanto a solidariedade de vizinhança que tinha por esteio a associação das famílias. A desagregação familiar e desestruturação social observada termina por conduzir a população para a uma situação de anomia social, em que existe uma instabilidade das regras sociais do grupo e a autoridade do

chefe da família é questionada e/ou ignorada. A falta de perspectiva dos mais jovens no que se refere à obtenção da terra, seja para plantar, seja para morar, leva à busca de colocações em atividades informais nos centros urbanos, ou seja, novamente a migração. Nesse cenário observou-se, além do redirecionamento das atividades econômicas para o comércio local, o desenvolvimento de outras atividades informais: guarda de carros e guias turísticos desempenhadas principalmente por crianças.

Em decorrência da transferência do direito à transmissão do patrimônio, um dos pilares da autoridade do chefe de família, para a Administração da Estação Ecológica rompe-se o elo forte da autoridade na relação pai-filho e com isso rompe-se a coesão familiar. Ficam comprometidas também as regras camponesas da distribuição de terra, a reposição do patrimônio que assegura a realização da condição camponesa às gerações que atingem a maturidade e a nubilidadade.

Nesse aspecto um fator externo, as regras impostas pelo Estado, restringem as possibilidades contribuindo para que se desloque a busca de alternativas para fora da família e nesse momento proliferam as alternativas individuais de reprodução, de preferência não-agrícolas. As expectativas que aí se colocam apontam para a migração e desaguam nas cidades.

## LITERATURA CITADA

CANDIDO, A. **Os parceiros do Rio Bonito**. 2. ed. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1971. 284 p.

DURKHEIM, E. **A divisão do trabalho social**. Lisboa: Presença, 1977.

HOFFMANN, R. Distribuição de renda e pobreza na agricultura brasileira. In: DELGADO, G. C.; CASQUES, J. G.; VILLA VERDE, C. M. **Agricultura e políticas públicas**. 2. ed. Brasília: IPEA, 1996. p. 3-111.

KAYAGEMA, A. et al. O novo padrão agrícola brasileiro: do complexo rural aos complexos agroindustriais. In: DELGADO, G. C.; CASQUES, J. G.; VILLA VERDE, C. M. **Agricultura e políticas públicas** 2. ed. Brasília: IPEA, 1996. p. 113-223.

MOURA, M. M. **Os herdeiros da terra**: parentesco e herança numa área rural. São Paulo: Hucitec, 1978. 100 p.

PANZUTTI, N. P. M. **A caminho da terra**: a mata. 2002. 247 p. Tese (Doutorado) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, São Paulo.

\_\_\_\_\_. (2001). Agricultura familiar em Itaguçu - Estação Ecológica Juréia-Itains (São Paulo). In: LANG, A. B. da S. G. (Org.). **Realidade brasileira**: várias questões, muitos olhares. São Paulo: Humanitas/CERU, 2002. p. 11-27 (Textos Série 2, n. 9)

PARSONS, T. Durheim's contribution to the theory of integration of social systems. In: WOLFF, K. M. (Red. ). DURKHEIM, E. et al. *Essays on sociology and philosophy*. New York: Harper, 1964. p. 118-53.

QUEIROZ, M. I. P. Désorganisation des petites communautés brésiliennes. *Cahiers International de Sociologie*, Paris, v. 28, p. 159-173, Janvier/Juin 1960.

**CRISE DA AUTONOMIA CAMPONESA ENTRE OS MORADORES DE ITINGUÇU:  
Estação Ecológica Juréia-Itatins (EEJI)**

**RESUMO:** Esta pesquisa tem a finalidade de analisar a situação de crise no modo de vida e nas relações sociais que se instala entre os moradores de Itinguçu com a mudança da sua condição de posseiro em morador a partir da criação da Estação Ecológica Juréia-Itatins (EEJI), Estado de São Paulo, ao longo de três décadas (de 1970 a 2000). Mas não só pelo impacto da criação da Estação como também pela intensificação das relações do núcleo com o meio urbano (Peruíbe), pela sua proximidade e pela frequência das relações que se estabelecem com o mundo moderno através do turismo existente no local, devido à Cachoeira Paraíso. Ao focalizar o trabalho no núcleo Itinguçu procurou apreender, de forma objetiva, a divisão sexual e as relações de gênero subjacentes e seus significados. A pesquisa é baseada em informações obtidas em levantamento de campo com a observação direta e entrevistas direcionadas e/ou com discurso livre, aplicadas em períodos diversos entre 1998 e 2000, aos moradores do bairro de Itinguçu, situado na fronteira da Estação Ecológica Juréia-Itatins e o município de Peruíbe. O trabalho utiliza o recurso da comparação para estabelecer diferenças e semelhanças entre o universo pesquisado e os estudos realizados por Queiroz (1960) e Moura (1978). Dessa análise concluiu-se que os moradores de Itinguçu encontram-se hoje em uma situação de comprometimento da realização e reprodução camponesa tanto quanto dos valores morais que norteiam seu universo, caracterizando-se um estado de anomia social.

**Palavras-chave:** posseiros, camponeses, Estação Ecológica Juréia-Itatins, relações de gênero, anomia

**SELF-DETERMINATION (OU AUTONOMY) CRISIS AMONG  
THE PEASANTRY OF ITINGUÇU:  
at the Juréia-Itatins (EEJI) Ecological Station, São Paulo State**

**ABSTRACT:** This research proposes to analyze the crisis in life style and social relationships among residents of Itinguçu arisen out of a shift in their status - from leaserholder to resident - as from the creation of the Ecological Station Juréia-Itatins (EEJI) and along three decades (1970-2000). The EEJI was not the sole cause of this change: social exchanges between this nucleus and the modern urban life intensified due to its proximity to the city Peruíbe, with its touristic waterfall. An objective field study of sexual division and underlying gender relationships, as well as their meanings was carried out. Directed Interviews and/or with free speech were applied in several periods between 1998 and 2000 to the Itinguçu community, located on the border of the Ecological Station Juréia-Itatins and the municipal district of Peruíbe. An approach through comparative sociology establish differences and similarities between the researched universe and the studies accomplished by Queiroz (1960) and Moura (1978). The analysis concludes that the Itinguçu peasantry have not only their fulfillment and reproduction compromised, but also the social values guiding their universe, thus characterizing a state of social anomia.

**Key-words:** leaseholders, peasants, Juréia-Itatins Ecological Station, gender relationships, social disorder.

---

Recebido em 18/03/2003. Liberado para publicação em 02/09/2003.